



Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho
- Notícias do Portal eSocial
- Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[MTb pretende criar Conselho de Recursos Administrativos Trabalhistas por Medida Provisória](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 19/10/2018

O SINAIT tomou conhecimento nesta sexta-feira, 19 de outubro, de que o Ministério do Trabalho – MTb está propondo ao governo a edição de Medida Provisória criando o Conselho de Recursos Administrativos Trabalhistas – CART-MTb. O processo nº 460 10001 1462018 deu entrada no Controle de Processos e Documentos – CPRODWEB no dia 15 de outubro. A parte interessada está identificada como Assessoria Especial do Ministro, para análise da Consultoria Jurídica. O objetivo do CART-MTb é criar uma instância para decidir sobre os recursos administrativos dos processos relacionados à Fiscalização do Trabalho.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

[Indenização pelo não pagamento de verbas rescisórias requer demonstração do dano moral](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/10/2018

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária desta quarta-feira (10), assentou que o desconhecimento da gravidez no momento da dispensa da empregada não afasta a responsabilidade do empregador pelo pagamento da indenização por estabilidade. A decisão confirma o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho sobre a matéria.

[Empregado tem direito ao FGTS durante afastamento por doença ocupacional](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/10/2018

A Metalúrgica Rigitec Ltda., de Capivari (SP), foi condenada pela Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho a efetuar os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) referentes ao período de afastamento de um auxiliar de almoxarife por doença ocupacional. Embora o auxílio-doença não tenha sido concedido pelo INSS, foi reconhecida no processo a existência do nexo de causalidade entre as atividades realizadas por ele na empresa e a doença que motivou o afastamento.

[Dispensa de empregado antes de cirurgia bariátrica não foi discriminatória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/10/2018

A Plamont - Planejamento, Montagem e Engenharia Ltda., de Serra (ES), não terá de reintegrar e indenizar um ex-empregado que disse ter sido demitido em razão de obesidade. Segundo os ministros, não ficou comprovado de forma objetiva que a enfermidade tenha causado estigma ou preconceito no ambiente de trabalho.

[8ª Semana Nacional da Execução Trabalhista termina com R\\$ 719,9 milhões para os empregados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/10/2018

A Justiça do Trabalho movimentou quase R\$ 720 milhões durante a 8ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, realizada de 17 a 21/9. O valor exato alcança R\$ 719.931.585,80. O resultado, divulgado pela Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho, destina-se ao pagamento de dívidas de empregadores reconhecidas em juízo.

[Complicações decorrentes de diabetes não justificam condenação por dano moral](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/10/2018

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a responsabilidade da Rios Unidos Logística e Transporte de Aço Ltda., de Guarulhos (SP), de indenizar um motorista que alegava que seu quadro de diabetes teria sido agravado em razão do trabalho. Segundo os ministros, não houve conduta negligente da empresa para justificar a condenação.

[Cresce o salário médio das mulheres](#)

Ministério do Trabalho - 19/10/2018

O salário médio real das mulheres cresceu mais que o dos homens em 2017, chegando a R\$ 2.708,71, uma elevação de 2,6% em relação a 2016, enquanto o rendimento masculino subiu 1,8%. O aumento da remuneração feminina é maior que o registrado para todos os trabalhadores, que teve alta de 2,1%, como mostram os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho.

[Ministério encontra 1.246 trabalhadores em condições análogas às de escravo](#)

Ministério do Trabalho – 18/10/2018

Os auditores-fiscais do Ministério do Trabalho encontraram 1.246 pessoas em situações análogas às de escravo entre janeiro e a primeira quinzena de outubro de 2018. O número já é 93% maior do que o registrado em todo o ano passado (645). O meio urbano foi onde os fiscais mais encontraram situações de trabalhadores em situações degradantes (869); no rural foram 377 casos registrados.

[Cresce número de empregos formais para pessoas com deficiência](#)

Ministério do Trabalho – 18/10/2018

O número de empregos formais para pessoas com deficiência (PCD) cresceu em 2017. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho mostram que o contingente de pessoas empregadas por este grupo chegou a 441,3 mil vínculos empregatícios, o que equivale a 1% do estoque total de empregos no país. Em relação a 2016, foram 22,8 mil novos postos de trabalho preenchidos por PCD, o que representa um crescimento de 5,5%. “Estes números mostram que o mercado para esses trabalhadores vem crescendo ano a ano no Brasil”, diz o chefe de Divisão para Inclusão de Pessoas com Deficiência e Combate à Discriminação no Trabalho, João Paulo Reis.

[Segurança do profissional vai além dos Equipamentos de Proteção Individual \(EPIs\)](#)

Ministério do Trabalho – 17/10/2018

Os equipamentos de segurança estão entre os principais itens para a prevenção de acidentes de trabalho

envolvendo eletricitistas. Quando se fala em cuidados para reduzir os riscos de acidentes envolvendo eletricitistas, profissionais que comemoram seu dia nesta quarta-feira (17), a atenção precisa ir muito além do uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); é essencial ter em mente outros elementos presentes no exercício dessa atividade.

[Ministério embarga obra em que trabalhador foi soterrado](#)

Ministério do Trabalho - 16/10/2018

A fiscalização do Ministério do Trabalho embargou em 11 de outubro uma obra de construção civil no centro de Presidente Prudente (SP) na qual um trabalhador morreu soterrado em decorrência da queda de uma parede. O embargo foi decidido após a constatação da existência de risco grave e iminente à segurança dos trabalhadores que atuam na execução do barracão comercial. Segundo informações da equipe de auditoria do Ministério, havia possibilidade de novos soterramentos.

[PAT incentiva nutrição adequada para garantir saúde e produtividade ao trabalhador](#)

Ministério do Trabalho - 16/10/2018

Para promover melhorias nas condições nutricionais dos trabalhadores, o Ministério do Trabalho (MTb) criou o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), instituído pela Lei nº 6.321/76. O objetivo é incentivar o investimento na qualidade de vida dos brasileiros, especialmente daqueles que recebem até cinco salários mínimos.

[Reunião apresenta projeto nacional de inclusão de PCDs](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/10/2018

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho vem sendo promovida proativamente pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). O tema ganhou uma iniciativa nacional específica em março de 2017, com o lançamento do Projeto Estratégico "Acessibilidade e Inclusão no Trabalho de Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados", e vem sendo implementado nos estados. Cases de sucesso, como em São Paulo e no Piauí, foram apresentados em reunião técnica promovida na Procuradoria Geral do Trabalho, na última quinta-feira (18). O encontro visou a apresentar as diretrizes do projeto, bem como alguns dos seus atuais resultados práticos, a procuradores interessados.

[Acordo combate coação eleitoral em construtora](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/10/2018

Uma Construtora e seu proprietário, firmaram, na terça-feira (9/10), acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT) para impedir a coação eleitoral de funcionários no segundo turno e em eleições futuras.

Notícias

[Publicada Nota Orientativa nº 09/2018, sobre eventos de tabela de empresas que passaram do segundo para o terceiro grupo de obrigadas](#)

Portal eSocial - 18/10/2018

A Nota Orientativa (NO) nº 09/2018, publicada hoje, 18/10/2018, veio esclarecer a situação das empresas optantes pelo Simples Nacional e entidades sem fins lucrativos quanto ao envio dos eventos de tabelas, após as alterações no cronograma trazidas pela Resolução do Comitê Diretivo do eSocial nº 05, de 02 de outubro de 2018.

[Receita esclarece instruções para emissão de Darf Avulso no caso não fechamento completo da folha no eSocial ou dificuldades no fechamento do Reinf](#)

Portal eSocial - 16/10/2018

A Receita Federal informa que, no período de apuração de setembro de 2018, as empresas que por questões técnicas não concluírem o fechamento da folha de pagamento no eSocial ou tiverem dificuldades no recebimento do retorno do processamento do fechamento do Reinf poderão recolher as contribuições previdenciárias não incluídas na DCTFWeb, elencadas no art. 6º da IN 1787 de 7 de fevereiro de 2018, mediante emissão de DARF avulso através do sistema [SicalcWeb](#).

Atos Normativos

[PORTARIA INTERMINISTERIAL MDS/MTb/MF Nº 2, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018](#) (DOU de 15/10/2018 Seção I Pág. 66) - Altera a Portaria Interministerial Nº 88, de 27 de março de 2008, dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Fazenda, que dispõe sobre a criação do Comitê Executivo para definir a atuação dos Ministérios que participam do projeto do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

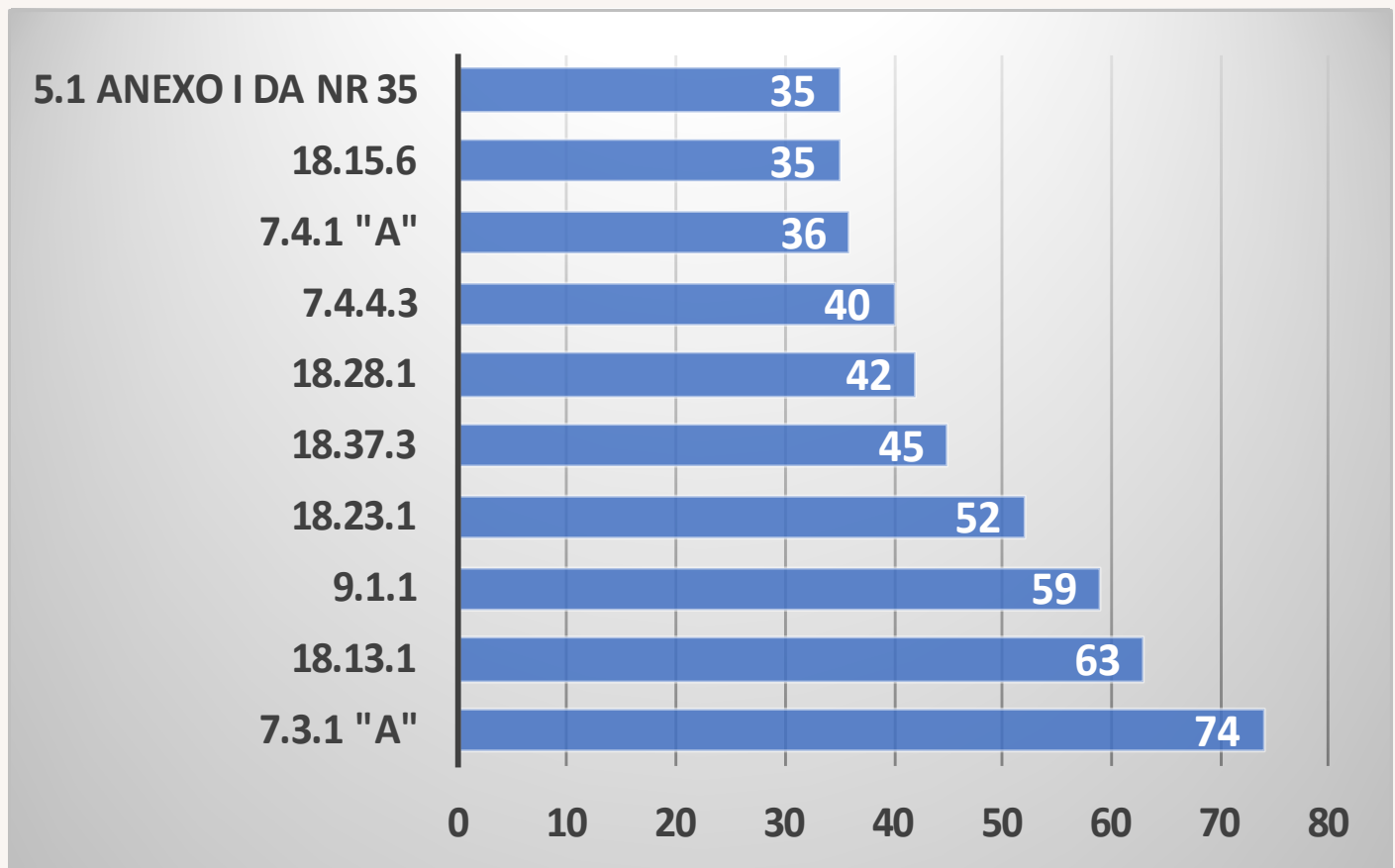
[PORTARIA MTb Nº 860, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018](#) (DOU de 18/10/2018 Seção I Pág. 121) - Altera a Norma Regulamentadora n.º 20 (NR-20) - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis.

[NOTA ORIENTATIVA eSOCIAL N.º 09 de 2018](#) (18/10/18) - Traz orientações referentes ao envio, alteração e exclusão de eventos de tabela para empresas que foram transpostas do segundo para o terceiro grupo de obrigadas.

[PORTARIA MTb Nº 866, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018](#) (DOU de 19/10/2018 Seção II Pág. 52) - Nomeia PABLO SILVA CESÁRIO, para representar a Confederação Nacional da Indústria, na qualidade de membro titular, no Conselho Curador do FGTS.

Dados Estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais “Notificados” durante as fiscalizações do Ministério do Trabalho na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTb

* **Notificação:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério do Trabalho para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério do Trabalho. Os atos fiscais do MTb são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

Dados Estatísticos de Fiscalização

7.3.1 Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

9.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

18.23.1 A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

18.37.3 É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

18.28.1 Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

7.4.4.3 O ASO deverá conter no mínimo:

7.4.1 O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos:

a) admissional;

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

5.1 Anexo I da NR 35 Além das condições impeditivas identificadas na Análise de Risco, como estabelece o item 35.4.5.1, alínea "j" da NR-35, o trabalho de acesso por corda deve ser interrompido imediatamente em caso de ventos superiores a quarenta quilômetros por hora.

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clóvis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico